

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

### SUGESTÃO Nº 66 , DE 2007

Acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente os artigos 80-A, 80-B, 80-C, 194-A e altera a redação dos artigos 83, 84, 149, 191, 194, 262, e dá outras providências.

**Autor:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - **CONDESUL**

**Relator:** Deputado JACKSON BARRETO

## I - RELATÓRIO

A iniciativa do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESUL tem por objetivo sugerir a esta Comissão de Legislação Participativa a apresentação de projeto de lei que acrescente ao Estatuto da Criança e do Adolescente os artigos 80-A, 80-B, 80-C, 194-A e altera a redação dos artigos 83, 84, 149, 191, 194, 262, e dá outras providências.

Para tanto, apresenta minuta de projeto de lei.

Argumenta-se , na justificção, que “o Estatuto da Criança e do Adolescente abrange diversas condutas que possam prejudicar a boa formação da criança”. Afirma ainda que a proposta visa tornar o Conselho Tutelar um ator mais presente.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 254 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 21, de 2001, cumpre que esta Comissão de Legislação Participativa aprecie e se pronuncie acerca da Sugestão em epígrafe.

Preliminarmente, constata-se que a sugestão foi devidamente apresentada no que diz respeito aos aspectos formais, tendo sua regularidade sido atestada pelo Secretário desta Comissão, nos termos do art. 2º do Regulamento Interno e do “Cadastro da Entidade” constante dos autos.

O tema encontra-se compreendido na competência concorrente da União para legislar sobre proteção à infância e à juventude, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 24, XV e 61 da Constituição Federal).

Com efeito, O Estatuto, instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, prescreve princípios de proteção integral e de prioridade absoluta para as crianças e para os Adolescentes, já previstos na Constituição Federal. Coloca tanto a criança e quanto o adolescente como preocupação central da sociedade. Ademais disso, orienta a criação de políticas públicas em todas as esferas de governo.

Entre as boas inovações estabelecidas pelo ECA, está a previsão de criação, em cada Município de , no mínimo, um Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8.069, de 1990, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

Em verdade, com a instituição do Conselho Tutelar, a sociedade passou a assumir um papel decisivo na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sendo que o legislador conferiu verdadeira autoridade pública àquele órgão, consubstanciada em suas atribuições.

Diante disso, pode-se concluir que o regime jurídico dos Conselhos Tutelares é eficaz e moderno, não carecendo, portanto, das alterações propostas pelo autor da sugestão.

Ademais disso, o problema da proteção à infância e à juventude passa ao largo do endurecimento das leis. Suas raízes remontam às questões educacionais, sociais e ao despreparo da máquina estatal. Urge garantir e realizar os direitos constitucionais tais como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e assistência aos desamparados. Enquanto, o Estado se omitir diante dessas prerrogativas sociais, a proteção à infância e à juventude não será satisfatória. O Estado social tem se transformado em Estado legiferante. Há uma inflação legislativa e uma escassez de políticas sociais. Repito, o problema da proteção à infância e à juventude tem suas origens em mazelas sociais e não em deficiências legislativas.

Assim, em que pese o mérito da iniciativa, esta proposta não reúne condições de prosseguir.

Portanto, diante do exposto, somos pela rejeição da Sugestão de nº 66, de 2007.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado JACKSON BARRETO  
Relator